

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA NÚMERO 4/18 DO EXECUTIVO
MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2018

-----Aos trinta e um dias do mês de Outubro de dois mil e dezoito, realizou-se uma reunião Extraordinária da Câmara Municipal, sob a presidência de JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, e com a presença dos Srs. Vereadores EDSON CARLOS VIEGAS SANTOS, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, PAULO ALEXANDRE GUERRA AZEVEDO SEARA, ANTÓNIO MANUEL GAMA DUARTE e ANTERO RICARDO DOS SANTOS ALMEIDA.-----

-----Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS, coadjuvada por MARIA DE LURDES DUARTE DA FONSECA -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**IMPOSTOS MUNICIPAIS** -----

-----PROPOSTA 450/18 - FISCALIDADE DO MUNICÍPIO 2019 -----

----- Dando início a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente informou não haver alteração em relação aos anos anteriores, mantendo-se o valor mínimo das taxas do IMI e a devolução integral da participação no IRS, sendo Águeda o único concelho a nível distrital e um dos poucos no país que tão boas condições fiscais faculta aos seus munícipes. Com a tributação proposta, o valor da receita que a autarquia prevê abdicar será de 4.299.259,08€, mas este esforço, com foco nos cidadãos, na melhoria da qualidade de vida das famílias e na promoção e atratividade do concelho, tem demonstrado ser um boa aposta, uma vez que o montante do IMI arrecadado continua a aumentar, prova que cada vez há mais prédios sujeitos a pagamento. -----

-----O Sr. Vereador Antero Almeida, que interveio a seguir, em relação à majoração do IMI para prédios urbanos devolutos, em ruína e degradados, realçou que seria vantajoso regular a sua distinção, em função da sua localização, designadamente entre as zonas serranas e os centros urbanos. -----

----- O Sr. Presidente esclareceu que essa diferenciação já decorre da avaliação patrimonial feita pela autoridade tributária. -----

----- Por fim, o Sr. Vereador António Duarte referiu que, apesar de votar favoravelmente, entende que a proposta deveria ser votada por pontos e não em conjunto. -----

----- Colocada a votação a proposta apresentada, foi deliberado, por unanimidade,

com base na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar e propor à Assembleia Municipal as seguintes propostas fiscais, tendo:-----

-----1. a fixação da taxa de IMI para o ano 2019 sobre os prédios urbanos avaliados nos termos dos números 1 e 5 do artigo 112.º CIMI, no mínimo legalmente admissível de 0,30%, com: -----

----- a) a majoração da taxa do imposto municipal sobre prédios urbanos devolutos e prédios em ruínas, para o triplo, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 112.º do CIMI, a vigorar em 2019; -----

----- b) a majoração da taxa do imposto municipal sobre os prédios urbanos degradados, em 30%, para vigorar em 2019, nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI;-----

----- c) a redução da taxa de IMI, de acordo com o artigo 112º-A do CIMI, em função do número de descendentes de acordo com os seguintes valores (o número de dependentes a cargo considerado, é o que consta na declaração do IRS anual):-----

----- i. 20,00€ para famílias com um dependente; -----

----- ii. 40,00€ para famílias com dois dependentes; -----

----- iii. 70,00€ para famílias com três ou mais dependentes; -----

-----2. em conformidade com o artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o lançamento para o ano 2019, de uma derrama de: -----

----- a) 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios superior a 100.000,00€; -----

----- b) 0% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos que tenham um volume de negócios igual ou inferior a 100.000,00€. -----

----- 3. a fixação da participação no IRS para todos os residentes, com domicílio fiscal em Águeda, em 0%, nos termos do artigo 26º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro; -----

----- 4. a não aplicação da TMDP às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município nos termos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 106.º, da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, assim como da Taxa Municipal de Ocupação do Subsolo (gás); -----

-----5. a não aplicação da Taxa de Municipal de Turismo, enquadrada na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro; -----

-----6. a não aplicação da Taxa Municipal de Proteção Civil, prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro. -----

-----**GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL**

-----PROPOSTA 451/18 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019 -----

----- Iniciando este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente referiu que foi dado cumprimento ao estatuto do Direito de Oposição, ouvidas as Juntas/Uniões de freguesia, e, informou os contributos recebidos. De seguida, fez uma resenha dos documentos previsionais propostos e da política que os norteou, realçando algumas rubricas que considera da maior importância, nomeadamente, o investimento na saúde, no hospital e centros de saúde, nas acessibilidades, no turismo e na iluminação pública. Considerou o orçamento bastante ambicioso e com uma significativa visão de futuro. -----

----- O Sr. Vereador Antero Almeida, que interveio a seguir, elogiou o texto de introdução às Grandes Opções do Plano e Orçamento, que ajuda a perceber o destino que se pretende para o concelho e a forma adotada para projetar o futuro do município. Referiu que alguns dos vetores eleitos, não obstante importantes, não terão a dimensão adequada para serem destacados como orientações de atuação. Manifestou a sua preocupação em relação a algumas rubricas, que na sua ótica não estarão devidamente acauteladas, designadamente, obras nas freguesias, que foi um chavão de todos os partidos na campanha eleitoral, e que agora não vê refletido nas Grandes Opções do Plano, os custos do Agitágueda, que dado a grandeza do evento, estaria na altura de o tornar auto sustentável, ou perto disso, recorrendo a patrocínios, a falta de acessibilidades ao Parque Empresarial do Casarão, nomeadamente através de uma circular externa à cidade, a falta de projeção de crescimento da cidade. Continuou, destacando a omissão de projeto para as instalações do Canário Lucas que a câmara adquiriu, a inadequação à realidade do concelho das medidas relativas à mobilidade, e, a insuficiência de orientações para fazer Águeda crescer, de fixar pessoas, especialmente jovens, criando condições para a construção, atribuindo apoios a arrendamento jovem, porque, na sua opinião, os apoios previstos na fiscalidade do município não são suficientes. -----

----- Em termos de apoio ao desporto nas escolas, e, no seguimento do já discutido em assembleia municipal, solicitou a apresentação de uma proposta no sentido de ser atribuída uma verba aos alunos com direito a abono, para esse fim, já com reflexo no orçamento a aprovar. -----

-----A terminar a sua intervenção, o Sr. Vereador Antero Almeida disse que o apraz registar que as obras no Hospital vão avançar, mas, constata que ainda não chegou a

hora das freguesias e, no geral, verifica pouca ambição nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019.-----

-----Relativamente aos assuntos abordados pelo Sr. Vereador Antero Almeida o Sr. Presidente informou das obras a levar a efeito no Hospital de Águeda, e a importante parte do investimento que a autarquia assegura, esperando não haver alteração ao previsto. Esclareceu sobre as verbas e fundos para a eficiência energética, e, as obras previstas nos Centros de Saúde. Sobre o Agitágueda, defendeu que não deve haver desinvestimento, pelo relevo do evento que foi fulcral na transfiguração de Águeda a destino turístico. Referiu a aquisição de terrenos em zonas adjacentes à cidade e que permitirão a sua intervenção, a importância da via ciclável como estruturante nas acessibilidades, a oportunidade de aproveitar os fundos comunitários, mas também a vontade de passar às freguesias, e, a necessidade destas desenvolverem núcleos centrais agregadores de comércio e serviços que melhor proporcionem o seu desenvolvimento. -----

----- Continuou, esclarecendo sobre as acessibilidades, designadamente, o projeto da via exterior da cidade, os acessos ao Parque Empresarial do Casarão em curso e a questão da travessia junto à cerâmica do Alto que está a ser tratada com a Infraestruturas de Portugal. -----

-----Terminando com a certeza que muito há a fazer, destacou a ambição das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019 e a visão de futuro que revelam. -----

-----A seguir, o Sr. Vereador João Clemente enumerou várias construções de grande impacto que estão projetadas, em fase de análise pelos serviços municipais ou em construção na zona da cidade, e que testemunham o crescimento da cidade. --

----- O Sr. Vereador Edson Santos, felicitou a intervenção do Sr. Vereador Antero Almeida pela análise fundamentada e crítica construtiva que apresentou aos documentos previsionais. -----

----- Sobre o pedido do Sr. Vereador Antero de Almeida de apresentação de proposta de apoio ao desporto escolar, e, após discussão entre todos os membros do Executivo sobre a forma de a operacionalizar, disponibilizou-se a Sr.^a Vereadora Elsa Corga para fornecer elementos e analisar em conjunto com o proponente a metodologia a aplicar, para que possa ser aprovada, e, se necessário promovida revisão orçamental. -----

----- O Sr. Vereador Paulo Seara, que interveio a seguir, disse desconhecer se o Partido Socialista veio ou não exercer o seu direito de oposição, que após o final da

última reunião não teve possibilidade para ficar. Afirmou ser um político colaborador e frontal e que estuda todos os assuntos que lhe são enviados, ao contrário do executivo em funções que muitas vezes não o faz para prejuízo de Águeda. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou o assunto a votação, tendo-se verificado que a proposta apresentada foi aprovada por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Edson Santos, Elsa Corga e João Clemente, e, votos contra dos Srs. Vereadores Paulo Seara, António Duarte e Antero Almeida.-----

-----O Sr. Vereador Paulo Seara apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

- "Voto contra o documento apresentado uma vez que acentua a disparidade e desigualdade de crescimento no Concelho, é um orçamento igual ao do ano passado, não apresenta caminhos. Além disso não posso votar favoravelmente um Mapa de Pessoal quando o Executivo, ainda deve cerca de um milhão e duzentos mil euros aos funcionários municipais relativamente ao reposicionamento remuneratório e, apesar de legalmente possível, não procedeu à regularização dos vínculos dos precários." -----

-----Também o Sr. Vereador António Duarte apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----" Voto contra por considerar ineficaz e inútil a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento porquanto não se deveria ter votado em bloco a anterior proposta relativa à Fiscalidade do Município, coartando a possibilidade de apreciação e votação de cada taxa." -----

-----Eram doze horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu Ana Cristina Martins Tomás, técnica superior, redigi e subscrevo juntamente com o Sr. Presidente. -----